

«A visão do chinês e do índio no século XVI: um arco cultural»

Manuel Gama

Departamento de Filosofia
Instituto de Letras e Ciências Humanas
Universidade do Minho

Resumo:

Neste estudo procuramos evidenciar que, apesar da universalidade da natureza humana, a cultura distingue-nos. Sendo todos iguais, somos todos diferentes. Assim, pretendemos esclarecer o arco cultural, que vai do índio ao chinês, em pleno século XVI, na leitura feita pelos portugueses (onde o “filtro” religioso é marcante), através dos escritos de Pêro Vaz de Caminha e de Frei Gaspar da Cruz.

Palavras-chave: chinês, cultura, descobrimentos, índio, interculturalidade, religião.

1. Objecto de estudo

Através da visão do chinês e do índio, no século XVI, pelo menos duas linhas podemos vislumbrar no horizonte: por um lado, a matriz religiosa dos portugueses; há uma religião que se transforma, mas que permanece. Depois, o conhecimento de nós próprios: um povo fazedor, empreendedor, aventureiro, com coragem para arriscar. Não se realizando cá-dentro – e até mesmo amesquinhando-se –, o português busca lá-fora a concretização do epíteto «português vadio».

A perspectiva do enfoque tomada pelo português (e, logo, pelo europeu) é diferente para com o índio e para com o chinês. Enquanto em relação ao primeiro, nos registos anotados, tanto de missionários como de leigos, é etnocêntrica, em relação ao chinês há uma postura mais etnológica, em que o

outro é respeitado e chega, até, a ser visto como um modelo, como um exemplo do modo de agir e viver.

Vejam, pois, a partir das duas fontes em análise, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil* (1500) e *Tratado das Coisas da China* (1569-1570), de Frei Gaspar da Cruz, a dialéctica entre o mesmo e o *outro* nos contactos e na observação dos novos povos analisados.

2. Carta do achamento do Brasil

A navegação, comandada por Pedro Álvares Cabral, rumo à Índia, iniciara-se em Belém, na segunda-feira do dia 9 de Março de 1500, tendo sido avistada terra em 21 de Abril, a que deram o nome de Terra da Vera Cruz. Daí, do lugar de Porto Seguro, Pêro Vaz de Caminha, com data do primeiro dia de Maio de 1500, envia ao Rei D. Manuel uma carta com a nova do achamento de uma terra desconhecida e com largas referências sobre os seus habitantes.

Numa análise global ao conteúdo da Carta e ao seu alcance antropológico, Luís Filipe Barreto insere-a num “jogo de espelho”, em que o *outro*, ao ser visto através do mesmo, vê negada a sua identidade: «O território antropológico é o centro estrutural da Carta. Campo, uma vez mais, da identidade e diferença traçado na dialéctica do *outro* com o mesmo civilizacional, isto é, do choque paradoxal entre uma nascente antropologia etnológica e uma tradicional antropologia filosófica.»¹

Aos olhos dos portugueses – representantes da civilização europeia –, não há direito à diferença. Estes, no fundo, veem-se a eles próprios e criticam o que lhes aparece como diferente. E o “filtro” do seu olhar está sempre embebido pelo cristianismo e a sua moral. A matriz religiosa era o critério do seu olhar e das suas análises. E mais, como se verá com o desenrolar histórico do contacto com o índio, para o português civilizar era sobretudo cristianizar.

¹ Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 177.

Mais concretamente na Carta, fruto do convívio com o índio, denota-se uma progressiva degradação da imagem do *outro*². Ao inicial espanto e curiosidade pelo aspecto exterior do índio, segue-se uma marcante visão etnocêntrica. Apesar de tudo, o autor da Carta procura a objectividade, como dá conta ao seu destinatário: «Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.»³ No entanto, a sua educação, os seus princípios, sobretudo religiosos, diríamos o seu inconsciente, acabam por traí-lo. Por exemplo, veja-se a subtileza na forma como informa o Rei de que não se estava na presença de judeus: «Nenhum deles era fanado [circuncidado], mas, todo assim, como nós.»⁴

Perante a “inocência” dos índios, a figura da mulher mereceu especial atenção, tanto na sua descrição física como na sua apreciação moral:

«Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.»⁵

«E uma daquelas moças era [...] tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela.»⁶

«Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. [...] e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma.»⁷

² Cf. *Id., Ib.*, p. 181.

³ *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (1500), Estudo Introdutório e Notas de Maria Paula Caetano e Neves Águas, Europa-América, Mem Martins, 1987, p. 59.

⁴ *Carta...*, p. 72.

⁵ *Carta...*, p. 71.

⁶ *Carta...*, p. 72.

⁷ *Carta...*, p. 79.

«Entre todos estes que hoje vieram [e assistiram à missa, em terra], não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho a redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha.»⁸

Porém, o etnocentrismo ressalta de uma forma mais particular quando a comparação dos comportamentos espelha não a diversidade, mas o diferente condenável, cujas condutas parecem aproximar-se mais do mundo animal do que da esfera humana. Nesse sentido, o dia 26 de Abril é o mais representativo do clímax etnocêntrico, ao aproximar o índio de animais:

«[...] tomavam logo uma esquiveza [desconfiança] como de **animais monteses.**»⁹

«Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se **amansassem**, logo duma mão para a outra se esquivavam, como **pardais, do cevadoiro**. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem **amansar.**»¹⁰

«Os outros dois, que o capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram – do que tiro ser **gente bestial** [...]. E naquilo me parece ainda mais que são como **aves ou alimárias** [animais irracionais] **monteses**, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas [...].»¹¹

Portanto, a Carta apresenta-nos uns seres que tanto se aproximam da condição humana como parecem descer ao patamar animal.

A matriz cristã, já presente na descrição, aparece mais uma vez em força, envolta no desejo de conversão daquela gente ao cristianismo: «Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam

⁸ Carta..., p. 96.

⁹ Carta..., p. 80. Negritos nossos.

¹⁰ Carta..., p. 81. Negritos nossos.

¹¹ Carta..., pp. 81-82. Negritos nossos.

logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.»¹² Pois, o grande objectivo seria o da salvação, impossível de obter sem o conhecimento e adesão à fé cristã, como ensinava a doutrina da Igreja católica. Essa seria, no entender do autor da Carta, a grande empresa do Reino: «Porém, o melhor fruto que dela [daquela terra] se pode tirar [para além dos produtos agrícolas] me parece que será **salvar esta gente**. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.»¹³ Aliás, o escriba, certamente em comunhão com o sentimento geral da expedição, procura dar eco ao que ele julga ser o desiderato fundamental do Rei: «Quanto mais disposição para se nela [em Terra da Vera Cruz] cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, **acrescentamento da nossa santa fé**.»¹⁴

Embora os resultados na conversão, compreensivelmente, não fossem de eficácia imediata, não deixaria de ser consolador terem assistido ao que se poderá considerar o primeiro ato civilizador eficaz do índio. Nos primeiros contactos, foi trazido um jovem indígena à presença do capitão, ao qual vestiram uma camisa comprida, para encobrir suas “vergonhas”, tendo o moço regressado ao seu habitat natural. Passados uns dias, há novo encontro com o rapaz que, “civilizadamente”, veio com a camisa vestida: «Um dos que o capitão trouxe [jovem trazido para a nau] era um dos hóspedes, que lhe trouxeram da primeira vez, quando aqui chegámos, o qual veio hoje aqui, **vestido na sua camisa**, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda [alimento], como de cama, de colchões e lençóis, para os mais **amansar**.»¹⁵

Portanto, na linha de Silva Dias¹⁶, a Carta é a primeira peça, a que deve juntar-se a «pintura jesuítica» e a «pintura laica» - traduzidas nas diversas cartas enviadas para o Continente europeu - em que o índio aparece como um ser próximo da bestialidade. Do que, pode concluir-se, o papel desempenhado

¹² *Carta...*, p. 90. Negritos nossos.

¹³ *Carta...*, p. 97. Negritos nossos.

¹⁴ *Carta...*, p. 97. Negritos nossos.

¹⁵ *Carta...*, p. 92. Negritos nossos.

¹⁶ Cf. J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Presença, Lisboa, 1982, Capítulo VI - Os Portugueses e o Mito do Bom Selvagem.

pelos portugueses não foi representativo ou importante na formação do mito do «bom selvagem» que, no século XVIII, com maior enfoque, se encontra sistematizado no pensamento de J. J. Rousseau.

Embora à margem da temática central da Carta, é significativa uma passagem, bem reveladora da idiossincrasia lusitana. Imediatamente antes da despedida final, não deixa o nosso cronista de fazer um pedido pessoal – vulgo meter uma cunha –, implorando os favores de El-Rei para o seu genro, em situação de degredo:

«E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro.»¹⁷

3. Tratado das Coisas da China

a) Aspectos gerais

Frei Gaspar da Cruz (c.1520-1570) foi um frade da Ordem dos Pregadores (Dominicanos) que, no ano de 1548¹⁸, partiu com alguns confrades nas naus portuguesas com a missão de formarem uma missão religiosa no Oriente. Aí permaneceu, entre a Índia e a China, cerca de uma quinzena de anos, tendo regressado a Portugal em 1564. Já no nosso território, fruto das suas observações e experiências pessoais que por lá tivera, assim como de eventuais informações de outros viajantes portugueses (p. ex., Galiote Pereira), dedica-se à escrita do seu *Tratado das Coisas da China*, que viria à luz do dia com local e data de, respectivamente, Évora, 1569-1570.

¹⁷ *Carta...*, pp. 97-98. Jorge de Osório estava degredado na ilha de São Tomé.

¹⁸ Das muitas facetas, primordiais e posteriores, dos contactos dos portugueses com a China, se ocupa a extensa e elevada obra de Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, missionários e mandarins: Portugal e a China no século XVI*, Fundação Oriente, Lisboa, 2000.

Trata-se de uma obra de grande valor, não só porque nos dá informações vastas de uma cultura num espaço e num tempo determinados, mas nos ajuda a entender facetas hodiernas desse povo. É que, a idiossincrasia de um povo não é algo epidérmico, que se esvaneça na erosão dos tempos. Há costumes e mentalidades – estas com o seu sustento no inconsciente – que permanecem no devir da história.

No «Prólogo» do *Tratado*, Frei Gaspar dá-nos o tom geral, que irá pautar a sua visão dos chineses ao longo da sua obra. Trata-se de uma imagem muito positiva, em que os chineses superam todos os outros povos asiáticos:

«[...] em multidão de gente, em grandeza de reino, em excelência de polícia [civilidade; qualidade própria dos homens que habitam a polis] e governo, e em abundância de possessões e riquezas». E «estas gentes têm muitas coisas muito dignas de memória», sobre as quais se sente movido «a dar notícia geral.»¹⁹

O *Tratado* é tanto mais valioso quanto representa o primeiro repositório dos verdadeiros conhecimentos dos portugueses em relação ao mitificado Oriente. Segundo Rui Loureiro, a obra ultrapassa mesmo «em quantidade e qualidade de informação todas as anteriores relações dedicadas à China por autores portugueses. O dominicano revela um conhecimento verdadeiramente assombroso da realidade chinesa. [...]. O *Tratado* [...] apresenta-se como uma verdadeira enciclopédia dos conhecimentos portugueses a respeito do Celeste Império.»²⁰ O fundamento dos conhecimentos apresentados pelo dominicano poderá ser bem mais sólido do que aquele que subjaz aos dados expostos por Fernão Mendes Pinto. Na interpretação de Adolfo Casais Monteiro, o testemunho presencial do autor da *Peregrinação* pode não primar pela segurança, pois a referida obra tanto pode ser «essa extraordinária narração do que passou, viu e ouviu –

¹⁹ Prólogo de Frei Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), Introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Biblioteca Editores Independentes, Lisboa, 2010, p. 66.

²⁰ Rui Loureiro, em Frei Gaspar da Cruz, *Op. Cit.*, , p. 50.

ou do que nem passou, nem viu, mas apenas ouviu e leu, segundo alguns, do que imaginou, segundo outros [...]»²¹

Do ponto de vista estilístico, se Fernão Mendes Pinto dá frequentemente um tom emocionado à sua prosa²², em Gaspar da Cruz o discurso é mais denotativo, apenas fazendo uso frequente da palavra “muito”, que funciona como amplificador, geralmente admirativo, de tudo aquilo que observara.

b) Estrutura e conteúdo da obra

No “Aviso aos leitores”²³, o autor, depois de pedir alguma comiseração a respeito da parca «abundância de eloquência e ornamento em composição de palavras», apresenta a estrutura da obra. Primeiramente, debruça-se sobre a «China em geral», descrevendo as características dos chineses e a geografia da sua terra. Depois, trata do «reino e províncias», sob o aspecto da sua organização administrativa. Em terceiro lugar, aborda os «edifícios e embarcações», que na China funcionam como habitações. Em quarto lugar, trata do «aproveitamento das terras e ocupações dos homens, e dos trajos dos homens e das mulheres». Seguidamente, vem a abordagem dos seus «usos e costumes», nomeadamente os usos alimentares. Em sexto lugar, trata «largamente dos que regem a terra e do governo dela». E, «no fim de tudo – conclui o autor -, dos cultos e adorações, e do aparelho que achei na terra para se fazer cristandade, e dos impedimentos que para isso há.»²⁴

Apresentemos, com transcrição textual da fonte, alguns aspectos marcantes na cultura chinesa da época, que ainda hoje se encontram

²¹ Adolfo Casais Monteiro, «Prefácio [da edição de 1952]», em, Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Transcrição de Adolfo Casais Monteiro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 751.

²² Cf. António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12ª edição, Porto Editora, Porto, 1982, p. 313.

²³ *Tratado...*, pp. 69-70.

²⁴ Relativamente a período próximo do descrito por Gaspar da Cruz, vejam-se as descrições apresentadas sobre a China, na *Peregrinação*, por exemplo em relação ao nível de vida em Pequim, no capítulo CVII, «De algumas coisas particulares notáveis que há na cidade do Pequim».

presentes de forma aproximada. Desde o espírito trabalhador do chinês até às suas altas aptidões naturais, passando pelo costume do chá até ao uso dos pauzinhos como utensílio de comer, eis algumas das muitas facetas que o frade dominicano deixa anotadas.

1. A terra (bem aproveitada) e a sua gente (trabalhadora)

«É a China terra quase toda mui bem aproveitada, porque, como a terra seja muito povoada, a gente muita em demasia e os homens gastadores – e tratando-se muito bem no comer e beber e vestir e no demais serviço de suas casas, principalmente, que são muito comedores –, cada um trabalha de buscar vida e todos buscam diversos modos e maneiras de ganhar de comer e como sustentarem seus grandes gastos. Faz ajuda muito a isto ser a gente ociosa nesta terra muito aborrecida e mui odiosa aos demais, e quem o não trabalhar não o comerá.»²⁵

2. Perfil do rosto dos chineses

«Ainda que os chinas comumente sejam feios, tendo olhos pequenos e rostos e narizes esmagados, e sejam desbarbados, com uns cabelinhos nas maçãs da barba, todavia se acham alguns que têm os rostos mui bem feitos e proporcionados, com olhos grandes, barbas bem postas, narizes bem feitos. Mas destes são muito poucos [...]»²⁶

3. Cortesia dos chineses para com os homens, diferente para com os deuses

- «São homens os chinas mui corteses. A cortesia comum é: cerrada a mão esquerda, fecham-na na direita e chegam e arredam amiúde as mãos ao peito, mostrando que têm um a outro fechado no coração. E a este movimento de mãos ajuntam palavras de cortesia, ainda que as palavras de gente comum é dizer um a outro, *chifã mesão*, que quer dizer “comeste ou não”, que todo seu bem nesta vida se resolve em comer.»²⁷

²⁵ *Tratado...*, p. 141. Remete para equivalente provérbio africano, que diz que “quem não trabuca não manduca”.

²⁶ *Tratado...*, p. 161.

²⁷ *Tratado...*, p. 163.

- «Quão polida é esta gente no regimento e governo da terra e no comum trato, tão bestial é em suas gentilidades, no tratamento de seus deuses e idolatrias.»²⁸

4. O costume do chá

«Qualquer pessoa ou pessoas que chegam a qualquer casa de homem limpo, têm por costume oferecerem-lhe em uma bandeja galante uma porcelana, ou tantas quantas são as pessoas, com uma água morna a que chamam *chá*, que é tamalavez [=um tanto (arcaísmo)] vermelha e mui medicinal, que eles costumam beber, feita de um cozimento de ervas que amarga tamalavez. Com isto agasalham comumente todo o género de pessoas a que têm algum respeito, quer conhecidos quer não, e a mim ma ofereceram muitas vezes.»²⁹

5. Uso dos pauzinhos

Estando a descrever um banquete, refere: «E logo estavam dois pauzinhos dourados muito galantes para comer com eles metidos entre os dedos; usavam deles a modo de tenazes, de maneira que nada do que está à mesa tocam com a mão.»³⁰

6. Leitura “religiosa” das festas de aniversário

«Acostumam os chinas nos dias de seus nascimentos [aniversários] fazer grandes festas. (...) A festa faz-se toda a noite, porque todos os gentios, assim como andam em escuridade vivendo **sem conhecimento de Deus**, assim todas suas festas por todas as partes da Índia e na China principalmente as fazem de noite.»³¹

7. Aptidão natural dos chineses

«São comumente muito engenhosos e subtis de mãos»; «São ardilosos e agudos em todas as coisas, porque têm uma grande viveza e engenho natural.»³²

²⁸ *Tratado...*, pp. 254-255.

²⁹ *Tratado...*, p. 164.

³⁰ *Tratado...*, p. 165.

³¹ *Tratado...*, p. 167.

³² *Tratado...*, p. 170.

8. Caracterização da mulher chinesa

«As mulheres comumente, tirando as do longo do mar e as dos montes, são muito alvas e gentis mulheres, tendo algumas os narizes e olhos bem feitos. Desde meninas lhes apertam muito os pés com panos, para que lhes fiquem os pés muito pequenos.»³³

9. A mulher e a conjugalidade

As mulheres são «comumente muito recolhidas [...]; quando entra alguém nas casas não as vêem.» [...]

«Comumente os homens têm uma mulher» «Pode todavia cada um ter tantas mulheres quantas as pode sustentar; mas uma é a principal com que vivem, e têm as outras aposentadas em diversas casas. E se tem trato em diversas terras, em cada terra tem uma mulher e casa com galho. Se a mulher comete adultério e o marido a acusar a ela e ao adúltero, ambos têm pena de morte.»³⁴

10. Duração e critérios na atribuição e desempenho de cargos

«Os ofícios todos se dão de três em três anos e nenhum se dá por mais tempo, e todos são providos a homens que não são naturais da terra, e dão-lhos assim por que não se movam por afeição nas coisas da justiça que pertencem a seus ofícios, e também por que se não façam poderosos, arreigando-se na terra, para que assim se evitem alevantamentos.»³⁵

11. A escrita chinesa

- «Não têm os chinas letras certas no escrever, porque tudo o que escrevem é por figuras, e fazem letras por parte, pelo que têm muito grande multidão de letras, significando cada uma coisa por uma letra. De maneira que uma só letra lhes significa “céu”, e outra “terra”, e outra “homem”. E assim de todas as outras coisas.»³⁶

³³ *Tratado...*, p. 173.

³⁴ *Tratado...*, pp. 173-174.

³⁵ *Tratado...*, p. 183.

³⁶ *Tratado...*, p. 187. Frei Gaspar da Cruz regista também a tão notada dificuldade fónica nos chineses em pronunciarem a letra “r”: «Chamam os chinas a estes *tatos* [em vez de *tártaros* = “barretes vermelhos”], porque não podem pronunciar esta letra r.» (*Tratado...*, p. 102).

- «As suas regras não vão atravessadas, como nas escrituras de todas as mais gentes, senão vão escritas de alto a baixo.»³⁷ Isto é, os caracteres chineses desenhavam-se de cima para baixo, seguindo linhas verticais.

c) A dimensão religiosa

Embora a missão do dominicano ao Oriente fosse primordialmente religiosa, já vimos como o alcance do seu livro é muito mais abrangente. No entanto, tal como na pena do “leigo” Pêro Vaz de Caminha a leitura da realidade aparece salpicada pela tónica religiosa, no cerne das preocupações do “religioso” Frei Gaspar da Cruz o objectivo primeiro é o da dilatação da fé, ou seja, como ele próprio refere³⁸, o seu principal intento de ir à China foi o de «fazer cristandade».

No discurso do missionário, apesar de o chinês não conhecer Deus – o Deus “cristão”, entenda-se –, há um ambiente de adoração que não lhe passa despercebido. A sua preocupação e desejo estavam em que aquela gente redireccionasse a sua crença para a «doutrina da verdade», o que não antevia como caminho fácil, principalmente por duas ordens de razões. Ambas tendo a ver com o papel dos loutiás (altos funcionários). Primeiro, porque reprimiam qualquer novidade que aparecesse. Depois, porque a entrada na China de qualquer pessoa estrangeira tinha de passar necessariamente pela sua autorização.

12. Os ritos e as adorações dos chineses

- a) - «Não tem esta gente conhecimento algum de Deus, nem entre todos eles se acha rasto de tal conhecimento.»³⁹
- b) - «não terem os chinas conhecimento de um Deus, é bastante argumento para mostrar que os chinas não têm estudos de filosofia natural, nem se dão à

³⁷ *Tratado...*, p. 188.

³⁸ *Tratado...*, p. 259.

³⁹ *Tratado...*, p. 249.

contemplação das coisas naturais, contra alguns portugueses que quiseram afirmar o contrário.»⁴⁰

- c) - «Assim que o maior deus que têm é o céu, pelo qual a letra que o significa é o princípio e a primeira de todas as letras. Adoram o Sol e a Lua e as estrelas.»⁴¹
- d) – Queimar substâncias aromáticas: «Oferecem-lhes [aos deuses] incenso e benjoim, águila e outro pau que chamam caioláque, e outros cheiros. [...] Todos têm oratórios e à entrada // detrás das portas das casas, nos quais têm seus ídolos de vulto, aos quais todos os dias pela manhã e à noite oferecem incenso e outros cheiros.»⁴²
- e) - «Adoram também estas gentes o diabo. [...] E dizem que o diabo que tem um mestre que lhe ensina suas maldades. Estas coisas diz a gente baixa. Os mais polidos dizem que o adoram porque lhes não faça mal.»⁴³
- f) - «Quão polida é esta gente no regimento e governo da terra e no comum trato, tão bestial é em suas gentilidades, no tratamento de seus deuses e idolatrias. Porque, além do que está dito, têm muitas desistórias [=renúncias] e mentiras gentílicas de homens que se tornaram em cães e depois se tornaram em homens, e outras muitas ignorâncias.»⁴⁴
- g) – Sensíveis a argumentos racionais: «Pelo que conhecendo a verdade a estimarão, o que não há em nenhum género de gentes de todas as partes da Índia. Como também porque folgam muito de ouvir a doutrina da verdade e a ouvem com muita atenção.»⁴⁵ (255 mc)

13. Concepção muito negativa do islamismo

O islamismo ou «seita de Mafamede» é apelidada de «nefanda seita» ou «pestilencial seita», pois a nível doutrinário era a religião mais odiada: «Vendo o loutiá os muitos que tinha na cidade convertidos a esta pestilencial seita, atreveu-se para seu mal e perdição a pôr lei nova em toda a terra, que não se matasse porco na cidade e todos

⁴⁰ *Tratado...*, p. 249.

⁴¹ *Tratado...*, p. 251.

⁴² *Tratado...*, pp. 251-252.

⁴³ *Tratado...*, p. 253.

⁴⁴ *Tratado...*, pp. 254-255.

⁴⁵ *Tratado...*, p. 255.

fossem lançados dela sob graves penas [se o não fizessem].»⁴⁶ Houve grande oposição por lhes tirarem «manjar que eles muito estimavam».

14. Chineses fechados ao islamismo e abertos ao cristianismo

- «E faz ainda muito a este caso não fazerem nenhuma diferença de manjar, como fazem todas as gentes da Índia. E como quer que entre todos os manjares o porco estimem mais, é quase impossível tornarem-se mouros.»⁴⁷

- «[...] os chinas nada se afeiçoam à seita de Mafamede [Maomé], e têm tanto aparelho e disposição para receberem a fé de Cristo, que pois o meu principal intento [...] foi ir à China a fazer cristandade.»⁴⁸

15. As dificuldades na conversão dos chineses

Fr. Gaspar da Cruz vê como muito difícil o trabalho de conversão dos chineses, por três ordens de razões⁴⁹:

- a) O respeito pelos mandarins é tão elevado que só com a autorização destes aceitarão converter-se;
- b) Aos estrangeiros está proibido permanecer em terra, sem autorização, o que impedia um trabalho constante;
- c) Os sacerdotes, de uma forma geral, são «aborrecidos e desestimados» pelos chineses, que os têm por «ociosos e perdidos», e «a gente ociosa nesta terra ser aborrecida, e quem o não ganha não o comerá» (Cap. X).

16. Dificuldades para evangelizar

«[...] há dois inconvenientes mui grandes para se poder fazer cristandade nesta terra. Um é não se consentir em nenhuma maneira na terra novidades, como nalguma maneira se pode ver no acontecimento dos mouros. De maneira que qualquer novidade que na terra houver, logo os loutiás acodem a talhar que se reprima e não vá avante. [...] O segundo é que nenhuma pessoa estrangeira pode entrar na China nem estar em Cantão, senão com licença dos loutiás, que lha dão por certo tempo

⁴⁶ *Tratado...*, p. 258.

⁴⁷ *Tratado...*, p. 256.

⁴⁸ *Tratado...*, p. 259.

⁴⁹ Cf. Luís Loureiro, *Op. Cit.*, p. 50.

para estar em Cantão, e acabado o tempo da licença logo trabalham para que se vão.»⁵⁰

17. Evangelização pelo método da aculturação

«Havia todavia uma maneira com que se pudesse pregar livremente e se pudesse fazer fruto na terra, sem cão ladrar a pregador [...] que é se houvesse para isso licença d’el-rei de Portugal, indo com o embaixador padres que alcançassem licença para andarem pela terra, mostrando serem homens sem armas. E como nossa lei não lhe é prejuízo nenhum a seu domínio e governo, mas muita ajuda para que todos o obedeçam e guardem suas leis [...]»⁵¹

CONCLUSÕES

1 - Estamos perante duas peças textuais, de memórias e identidades, que nos dão uma representação do passado através de uma visão dialéctica do mesmo e do *outro*.

2 - O resultado do enfoque centralizado no índio e no chinês é completamente diferente. Visionados através do mesmo “filtro” (o religioso), a caracterização é muito diversa: o chinês é civilizado; o índio é não-civilizado, quase próximo do estado animal⁵². Do ponto de vista antropológico e etnológico estamos perante um acentuado arco cultural.

⁵⁰ *Tratado...*, p. 259.

⁵¹ *Tratado...*, p. 260.

⁵² «Os nossos viajantes quinhentistas podiam descrever com simpatia muitos aspectos das sociedades asiáticas; porém, quando estavam em causa valores religiosos, a atitude generalizada era sempre, e unicamente, de recusa e crítica cerrada das práticas e das crenças do *outro*.» Cf. Luís Loureiro, *Op. Cit.*, p. 49.

3 - O “filtro” religioso e moral do *outro* era, então, o critério fundamental utilizado pelos portugueses (quer missionários, quer leigos) na apreciação de qualquer sociedade.

4 - Os chineses são analisados com clara simpatia por parte do frade dominicano. A desilusão só aparece quando a tônica é posta na dimensão religiosa – uma visão religiosa marcadamente etnocêntrica –, pois «estas gentes» vivem fora da «fé de Cristo» (p. 259) e, logo, «cegas com a ignorância da verdade» (p. 266).

5 - No caso do índio, o quadro étnico está nitidamente centrado sobre si mesmo. Trata-se de uma posição etnocêntrica e não etnológica. Isto é, ao *outro* é negada a diferença, sendo reduzido ao mesmo.

6 - À época (século XVI), o Brasil e a China tinham uma distância abissal ao nível do desenvolvimento. Índios e chineses estavam claramente afastados nos níveis cultural e civilizacional.

7 - Hoje, são duas das chamadas “potências emergentes” (estando entre os *BRICS*: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), o que evidencia que:

. as civilizações não são estáticas: tanto evoluem como podem regredir. O atraso de um povo não é uma fatalidade, nem o seu adianto é uma conquista definitiva. Neste caso, vê-se sobretudo o extraordinário avanço civilizacional do Brasil em relação ao que era no passado;

. Portugal, como país colonizador do Brasil (até 1822), teve um papel decisivo no seu espírito de nação, nomeadamente pela unificação de território tão vasto sob a mesma língua.

8 – Em síntese, a Igreja, a Coroa e os colonos tiveram um olhar diferente perante os não-europeus. Tanto do ponto de vista legal como filosófico o tratamento de índios, negros e orientais foi diverso, embora todos vislumbrados numa espécie de “não-eu” coletivo.

9 - O tempo era de rutura. Os portugueses estiveram entre os protagonistas de uma nova vaga na história da humanidade. A mudança de paradigma estava em curso. E entre os que deixaram os mais importantes registos dos acontecimentos estão Pêro Vaz de Caminha, Frei Gaspar da Cruz e Fernão Mendes Pinto.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Luís Filipe, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (1500), Estudo Introdutório e Notas de Maria Paula Caetano e Neves Águas, Europa-América, Mem Martins, 1987.
- CRUZ, Frei Gaspar da, *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), Introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Biblioteca Editores Independentes, Lisboa, 2010.
- DIAS, J. S. da Silva, *Os Descobrimientos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Presença, Lisboa, 1982.
- GARCIA, José Manuel Garcia, *Ao Encontro dos Descobrimientos: temas de história da expansão*, Presença, Lisboa, 1994.
- LOUREIRO, Rui Manuel, *Fidalgos, missionários e mandarins: Portugal e a China no século XVI*, Fundação Oriente, Lisboa, 2000.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1983.
- MONTEIRO, Adolfo Casais, «Prefácio [da edição de 1952]», em Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Transcrição de Adolfo Casais Monteiro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, Transcrição de Adolfo Casais Monteiro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- Primeiros escritos portugueses sobre a China: Galiote Pereira, Gaspar da Cruz*. Introdução de Rui Loureiro; direção e comentários de Luís de Albuquerque;

transcrição em português atual Maria da Graça Pericão, Rui Loureiro, Alfa, Lisboa, 1989.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 12^a edição, Porto Editora, Porto, 1982.